

Características Dos Profissionais Calculistas E Da Contadoria Do Judiciário No Maranhão E Sua Conexão Com A Contabilidade

Alexssandro Almeida Diniz, Sérgio Roberto Pinto
Graduando Em Ciências Contábeis Na Universidade Federal Do Maranhão
Docente Da Universidade Federal Do Maranhão

Resumo

Este estudo tem por objetivo investigar as características profissionais, acadêmicas e funcionais dos calculistas e servidores das contadorias do Poder Judiciário no Maranhão, analisando em que medida suas atividades se relacionam com conhecimentos e práticas da Contabilidade e como essa relação pode contribuir para a qualidade técnica das decisões judiciais. Adotou-se um delineamento descritivo e exploratório, com abordagem mista: realizou-se levantamento documental em normativos institucionais para mapear atribuições, estrutura e fluxos de trabalho; em seguida, aplicou-se questionário estruturado a 31 respondentes (TRT16, TJMA e TRF1), contemplando perfil, capacitação, uso de ferramentas e percepções sobre a atividade; os dados foram tratados por estatística descritiva (frequências e percentuais) e interpretados à luz do referencial. Os resultados indicam predominância de respondentes com elevada escolarização (maioria com pós-graduação lato sensu), presença expressiva de formação em Ciências Contábeis e diversidade interdisciplinar, além de alta satisfação com as atividades (80,64% entre satisfeitos e muito satisfeitos). Observou-se ampla participação em capacitações (74,19%) e uso intensivo e permanente de ferramentas tecnológicas (100% relatando uso “sempre” ou “frequentemente”), com predomínio de combinações entre sistemas e planilhas; também se verificou autoavaliação positiva de expertise e percepção majoritária de preparo técnico e domínio normativo, embora com um grupo minoritário apontando fragilidades. Como contribuições, o estudo oferece evidências para subsidiar gestão e padronização das rotinas de cálculos judiciais (capacitação continuada, manuais e infraestrutura tecnológica), além de aprofundar a compreensão sobre a interface entre contabilidade/perícia e a atividade de cálculo, indicando caminhos para elevar consistência, rastreabilidade e utilidade das informações técnicas no apoio à decisão judicial.

Palavras-chave: *Cálculos judiciais; Contadoria judicial; Perícia contábil; Qualificação profissional; Ferramentas tecnológicas; Poder Judiciário; Maranhão.*

Date of Submission: 18-12-2025

Date of Acceptance: 28-12-2025

I. Introdução

A elaboração de cálculos judiciais configura-se como atividade indispensável à efetividade das decisões jurisdicionais e à credibilidade das instituições que compõem o sistema de justiça. Por meio da quantificação técnica de direitos, obrigações e valores patrimoniais, torna-se possível a concretização dos comandos judiciais, assegurando que sentenças e determinações sejam executadas com rigor metodológico, transparência e previsibilidade atributos diretamente relacionados ao princípio da segurança jurídica (Marinoni; Arenhart; Mitidiero, 2016; Wambier, 2015).

A relevância institucional dessa função decorre da necessidade de que os resultados produzidos apresentem consistência técnico-científica e respaldo metodológico, de modo a constituírem referência confiável para a solução de conflitos e demandas de natureza econômica e social. Como observa Assis (2017), a correta apuração dos valores na fase de liquidação e cumprimento de sentença representa etapa crucial para a concretização prática do direito reconhecido em juízo, influenciando de forma direta a legitimidade das decisões e a confiança social no Poder Judiciário.

Os cálculos judiciais abrangem múltiplas situações, refletindo a diversidade das demandas submetidas ao sistema de justiça. Entre as principais modalidades, destacam-se os cálculos previdenciários, trabalhistas, desapropriatórios, de atualização monetária, incidência de juros, custas processuais, indenizações e revisões contratuais. Cada uma dessas espécies exige domínio técnico especializado e aplicação rigorosa de normas jurídicas, princípios contábeis e critérios metodológicos, o que evidencia a complexidade da atividade e reforça a necessidade de padronização para garantir uniformidade, consistência e confiabilidade nos resultados (Neves, 2016; Sá, 2019).

A expansão da judicialização de questões econômicas e sociais tem intensificado o volume e a

complexidade dos processos que dependem de cálculos técnicos, impondo maior racionalização das rotinas de trabalho e a adoção de ferramentas tecnológicas que assegurem eficiência, precisão e controle. Nesse sentido, a atividade de cálculo judicial responde à exigência de conferir celeridade e segurança aos processos, prevenindo divergências e garantindo conformidade com a legislação vigente (Cappelletti; Garth, 2002; Conselho Nacional de Justiça – CNJ, 2023).

O objetivo deste estudo é investigar as características profissionais, acadêmicas e funcionais dos calculistas e dos servidores da contadoria do Poder judiciário no Maranhão, analisando em que medida suas atividades se relacionam com os conhecimentos e prática da Contabilidade, e como essa conexão contribui para a qualidade técnica das decisões judiciais. O problema de pesquisa é o perfil dos profissionais calculistas e da contadoria do Judiciário no Maranhão e de que forma suas características e prática de atuação se conectam com a Contabilidade, influenciando a qualidade técnica dos cálculos judiciais?

Apesar da relevância dos cálculos judiciais para a efetividade das decisões proferidas pelo Poder Judiciário, ainda há pouca sistematização e conhecimento sobre quem são e como atuam os profissionais calculistas e das contadorias judiciais no Estado do Maranhão. Não se sabe, de forma estruturada, quais são suas características de formação acadêmica, experiência profissional, competências técnicas, rotinas de trabalho, nem em que medida seus saberes estão ancorados na ciência contábil. Além disso, carece de estudos que analisem como essa conexão com a Contabilidade impacta a qualidade, a segurança técnica e a celeridade dos cálculos que embasam sentenças e decisões.

A Contabilidade tem papel estratégico na produção de informações confiáveis para a tomada de decisão em diferentes contextos, inclusive no âmbito do Poder Judiciário. No entanto, a atuação dos profissionais calculistas e das unidades de contadoria judicial ainda é pouco explorada na literatura contábil e na própria pesquisa, especialmente no contexto maranhense. Compreender quem são esses profissionais, quais competência contábeis mobilizam e quais desafios enfrentam é fundamental para fortalecer a interlocução entre contabilidade e sistema de justiça.

Do ponto de vista acadêmicos, o estudo contribui para preencher uma lacuna na produção científico sobre contabilidade aplicada ao Judiciário, ampliando o debate acerca do papel do contador e de profissionais afins na quantificação de direitos, obrigações e indenizações em processos judiciais. A pesquisa pode subsidiar futuras investigações sobre perícia contábil, cálculo judicial, gestão de informações periciais em tribunais e formação profissional em Ciências Contábeis com foco na área jurídica.

Sob a perspectiva profissional e institucional, os resultados podem apoiar a formulação de ações de capacitação, padronização de procedimentos e adoção de tecnologias de apoio aos cálculos, contribuindo para maior segurança jurídica, transparência e confiabilidade dos valores apresentados em juízo. Para o judiciário maranhense, o estudo oferece diagnósticos que podem orientar melhorias na gestão das unidades de contadoria, na definição de perfis desejáveis para atuação nesses setores e no diálogo com cursos de graduação e pós-graduação em Contabilidade e área afins.

Assim, a pesquisa se justifica pela relevância social, ao impactar diretamente a efetivação de direitos das partes, pela importância institucional, ao apoiar a melhoria da prestação jurisdicional, e pela pertinência científica, ao aproximar o campo da Contabilidade das discussões sobre justiça, cálculos judiciais e políticas de qualificação de servidores.

II. Referencial Teórico

Contabilidade

A contabilidade, enquanto ciência social aplicada, evoluiu ao longo dos anos, consolidando o controle de bens e registros, atendendo as demandas da sociedade. Sob esse prisma, Souza *et. al.* (2025) apontam que a necessidade de controlar bens e propriedades marcou o surgimento da contabilidade, destacando sua importância para a gestão e preservação do patrimônio. Corroborando com as ideias de Souza *et. al.* Depreende-se que o processo evolutivo da teoria contábil, na concepção de Jesus (2018), foi consolidado pela Escola Italiana, conforme ilustres teóricos como Francesco Marchi, precursor da teoria Personalista e Luca Pacioli – considerado o pai da contabilidade moderna – e o método das partidas dobradas, que estabeleceu bases sólidas para a prática moderna e tornou a contabilidade indispensável para a administração das entidades.

A função da Contabilidade é crucial no compartilhamento de dados informacionais, que implicam no processo de tomada de decisão de uma organização. Nesse contexto, Costa (2025) esclarece que a contabilidade tem por função, além dos números, dispõe aos seus usuários informações econômicas, financeiras e patrimoniais das entidades, possibilitando visualizar a situação que a entidade se encontra. Contribuindo com essa ideia, MBessa (2025) salienta que a contabilidade serve como meio de informação que evidencia e contribui para o processo de tomada de decisão, reforçando sua utilidade prática em diferentes setores. Dessa forma, a contabilidade cumpre sua finalidade ao oferecer dados confiáveis que permitem avaliar o desempenho, planejar ações e garantir a sustentabilidade das organizações, consolidando-se como instrumento essencial para o desenvolvimento econômico e social.

Com base nas ideias apresentadas, desde o histórico até a aplicação contemporânea, depreende-se que a Contabilidade transcendeu sua origem como mera técnica de registro patrimonial (Souza *et. al.*, 2025; Jesus, 2018) para se firmar como uma ciência social aplicada e um instrumento estratégico fundamental na gestão das organizações (Silva & Silva, 2025). Por essa razão, sua relevância reside na capacidade de atuar como contabilidade empreendedora para o sucesso de micro e pequenas empresas, conforme aborda (Da Luz, 2025) e de fornecer suporte essencial à tomada de decisão em ambientes especializados, como a gestão hospitalar (Mbessa, 2025).

A teoria da contabilidade busca explicar os fundamentos, objetivos e métodos que orientam a produção da informação patrimonial, econômica e financeira. De acordo com Iudicibus (2021), a teoria consente um arcabouço conceitual que dá sentido aos registros e demonstrações, articulando princípios, mensuração e utilidade da informação. No percurso de evolução histórica da teoria contábil surgiram diferentes correntes de pensamentos para organizar seus princípios e métodos.

O Contismo, uma das correntes clássicas, estruturou-se como escola voltada essencialmente às contas e ao processo de escrituração. Silva (2017) destaca que essa escola teve papel importante na consolidação da técnica contábil, pois sistematizou os mecanismos de débito, crédito, classificação e estruturação dos livros. Já o Personalismo é caracterizado por interpretar a contabilidade a partir da relação entre sujeitos envolvidos nos fatos patrimoniais. Segundo Jesus (2018), a personificação das contas é um fato já existente desde o início das partidas dobradas, entretanto, sem um enfoque científico. A partir de então, o precursor da teoria, Francesco Marchi, lançou bases do personalismo com viés científico.

O Controlismo centraliza a função de controle como objetivo principal da contabilidade. Silva (2017) salienta que essa escola surgiu em reação ao Personalismo, e que o objeto de estudo da contabilidade era o controle econômico das empresas, mas esse controle devia ser estudado para que pudesse ter a visão e interpretação dos fatores que faziam com que o patrimônio das empresas sofresse variações. Por sua vez, o Reditualismo, entende-se que se trata de uma corrente em que se coloca o resultado, seja lucro ou perda, como elemento essencial da contabilidade, dando ênfase como à apuração do resultado como expressão fundamental do desempenho econômico, orientando procedimentos e demonstrações contábeis (Marion, 2019).

O Aziendalismo, que surgiu na escola italiana, entende a contabilidade como ciência voltada ao estudo da organização, isto é, a ideia central da escola é a passagem do sistema patrimonial para o sistema de resultado, onde é determinado o fenômeno mais importante da empresa (Jesus, 2018). Em relação ao Patrimonialismo, ele é amplamente aceito na doutrina brasileira, consolidou a ideia de que o objeto da contabilidade é o patrimônio e suas mutações. Essa corrente nasce com a finalidade de firmar a contabilidade com a ciência do patrimônio e, no Brasil, fundamenta o Patrimonialismo como objeto da Contabilidade.

O Neopatrimonialismo, por sua vez, é a escola mais adotada atualmente, com ênfase na maneira como os fatos afetam o patrimônio e surgiu na seara acadêmica brasileira como respostas às limitações das doutrinas estritamente formalistas. Azevedo (2020) explica que essa doutrina busca compreender a essência e a finalidade dos fenômenos patrimoniais, enfatizando sua função informacional para controle, tomada de decisão e responsabilidade social.

Perícia contábil

O avanço tecnológico e as mudanças nos ambientes econômicos demandaram a necessidade de uma atuação contábil cada vez mais especializada. Nesse seguimento, fundamentam Conceição, Figueiredo, Maia Junior e Corrêa (2025), a perícia contábil surge neste âmbito inovador das atividades socioeconômicas da humanidade e com elas as necessidades de constituir meios de provas especializadas para resolver dúvidas e conflitos entre as partes e os patrimônios envolvidos sejam: tangível ou intangível, fungível ou infungível, material ou imaterial; sendo fundamental para a justa e equitativa justiça.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TP 01 – Norma Técnica de Perícia Contábil (R2), publicado em 14 de fevereiro de 2025, a perícia contábil consiste em um conjunto de procedimentos técnico-científicos que visam fornecer elementos probatórios necessários para subsidiar a instância decisória a justa solução do litígio ou a constatação de um fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer técnico contábil, em conformidade com as normas jurídicas e Normas Brasileiras de Contabilidade, e com a legislação específica, no que for pertinente (CFC, 2025).

Corroborando com as ideias acima, Ramos e Cordeiro (2023) mencionam que a perícia contábil corresponde a uma atividade de auxílio ao juiz, na tomada de decisão para resolver uma questão judicial, visto que ela serve como esclarecimento de questões de conhecimento técnico-científico pertinentes a um perito contador. Um exemplo a ser citado, é a Justiça do Trabalho, que é constantemente desafiada a julgar ações que envolvem questões financeiras complexas, como cálculos de verbas rescisórias, horas extras, adicionais e encargos legais. Nesse diapasão, reverbera-se a importância do perito contábil, pois, compete a ele a análise técnica especializada que fornece o embasamento para que esses cálculos sejam precisos, seguindo critérios legais e jurisprudenciais, oferecendo, assim, o suporte especializado e contribuir para decisões judiciais mais

precisas e fundamentadas (Santos; Domiciano, 2025).

Henrique, Kang, Saporito e Santos (2023) contribuem com esse debate fazendo um comparativo em relação a alguns aspectos que distingue a perícia contábil judicial da extrajudicial, sendo a primeira exigida em situações de disputa entre as partes e nessas situações um especialista no objeto da controvérsia é solicitado pelo juiz para conferir e analisar informações que auxiliem o magistrado na tomada de decisão. A segunda, por sua vez, ocorre quando uma pessoa jurídica ou uma pessoa natural procura ajuda de um especialista para esclarecer problemas de natureza contábil, sem acionar o poder judiciário, mas nada impede que a resposta do perito sobre o assunto em litígio seja utilizada como prova em um processo judicial. Isso pode se materializar, por exemplo, em casos que envolvem apuração de haveres, cálculo de indenizações, divisão de bens ou processos de fusão empresarial.

Convém salientar que o trabalho da perícia extrajudicial tem fins preventivos, consultivos ou age na resolução alternativa de disputas. Desse modo, ela pode ser realizada em três âmbitos diferentes: arbitral, estatal ou voluntária. No entendimento de Santos (2023), a perícia arbitral é exercida em conformidade com a lei de arbitragem; a perícia oficial/estatal ocorre sob a supervisão de órgãos governamentais e a perícia voluntária é requerida de maneira orgânica por parte do interessado ou contratada, através de acordo entre as partes.

Segundo as diretrizes da NBC TP 01 – R1 (2020), os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo e o parecer pericial e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação que, juntos, configuram um instrumento padrão que buscam a eficácia e qualidade do laudo pericial. Em suma, a Perícia, seja em sua modalidade judicial ou extrajudicial, é um pilar essencial para a garantia da equidade e da técnica no ambiente de tomada de decisão.

ÉTICA

É salutar considerar que a ética está intrinsecamente relacionada aos princípios e valores que orientam o comportamento humano, guiando decisões e ações no sentido do que é considerado correto, justo e responsável. Nesse contexto, pode-se conceituar ética como um processo de reflexão crítica que incide sobre os postulados morais, ou seja, uma prática crítica, reflexiva e radical em relação ao pensamento e à ação no mundo. Nas palavras de Bergue (2022, p. 5) A ética influencia e transforma a moral, sendo por isso conceitos integrados e interdependentes; afinal, a ética tem como objetivo esclarecer de forma reflexiva o campo da moral. Com base nos achados de Bergue pode-se afirmar que a ética funciona como um parâmetro moral que ajuda a equilibrar interesses individuais e coletivos, promovendo convivência harmoniosa, bem como relações transparentes e respeitadas na sociedade.

Nos entendimentos de Feil e Paz (2023), a ética é diversa, estando sempre em construção e em constante transformação, uma vez que a sociedade transforma a história e, junto com ela, transforma também os seus valores, suas crenças, seus hábitos. De acordo com os autores supracitados, a função da ética “é explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes” (Feil; Paz, 2023, p. 5). Com base nisso, depreende-se que a ética é um conceito fundamental e multifacetado, que transcende a simples moralidade ou um código de conduta. Todavia, tenha-se a reflexão de que a ética não se limita a evitar o dano, mas exige uma postura ativa e crítica do cidadão e o meio em que ele vive.

A ética profissional, por sua vez, corresponde aos princípios, valores e regras que orientam o comportamento correto e honesto no ambiente de trabalho. No que diz respeito a ética profissional no serviço público, essa é regida pelo Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994, que institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, que se baseia em diretrizes que orientam a conduta dos servidores na execução de suas atividades, em observância aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Brasil, 1994). Nas concepções de Ferreira, França e Vieira (2022), a ética profissional é o caminho crucial para que haja uma retomada da credibilidade no âmbito da administração pública. Isto é, configura uma forma de creditar segurança as atividades desenvolvidas no cenário das instituições públicas brasileiras, mediante a atual conjuntura conhecida. Nesse sentido, a ética profissional não se limita ao cumprimento de normas, porém, envolve uma postura contínua de integridade, compromisso e profissionalismo, essenciais para garantir a credibilidade e a eficiência do Estado na prestação de serviços à população.

Oliveira, Antunes Neto e Almeida (2025) entendem que a ética profissional é fundamental para o bom funcionamento e sucesso das organizações. Por essa razão, o referido autor destaca a importância da ética em vários aspectos, tais como: confiabilidade e reputação; ambiente de trabalho saudável; tomada de decisões justas; cumprimento das normas e leis; responsabilidade social e sustentabilidade e melhoria da imagem interna.

O Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994 configura um marco na consolidação de práticas éticas no âmbito da administração pública brasileira, que estabelece princípios e normas que visam garantir que a atuação do servidor seja sempre pautada pelo bem comum, pela legalidade e pelo zelo com o patrimônio público. Isso

fica explicitado no item II, da seção I, caput I - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal (Brasil, 1994).

Nessa vertente, reconhece-se a ética no serviço público como “um dos pilares fundamentais para o fortalecimento da legitimidade das instituições governamentais, promovendo transparência, integridade e responsabilidade na atuação dos agentes públicos” (Souza; Ibiapina, 2025, p.2), pelo Decreto nº 38.074, de 02 de janeiro de 2023, em seu art. 4, parágrafo I, que normatiza a adoção de princípios éticos e normas de conduta regidas pela boa-fé, honestidade, fidelidade ao interesse público, impessoalidade, dignidade e decoro no exercício de suas funções, lealdade às instituições, transparência e eficiência, e certificar o seu cumprimento (Maranhão, 2023).

Corroborando com essa discussão, é fulcral mencionar como contribuição o art. 5º, do Decreto nº 37.963, de 24 de outubro de 2022, publicado pelo Governo do Estado do Maranhão, na qual versa que “os agentes públicos abrangidos por este Código de Ética e Conduta do Poder Executivo Estadual deverão pautar-se pelos padrões da ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições e ao decoro, com vistas a motivar o respeito e a confiança do público em geral (Maranhão, 2022).

Calculistas e a Contadoria Estudos Anteriores

Embora não foram identificados estudos ou pesquisas que abordem exatamente a análise das características profissionais, acadêmicas e funcionais dos calculistas e dos servidores da contadoria do Poder Judiciário no Maranhão, analisando a relação de suas atividades os conhecimentos e as práticas da Contabilidade. Nesse sentido, elencou-se estudos anteriores que tiveram como foco investigar a importância da perícia contábil sob a ótica de profissionais brasileiros, indicando que o campo tem se expandido diante da maior demanda por procedimentos técnicos em litígios trabalhistas, cíveis e tributários.

Observando os estudos de Gonçalves *et. al.* (2014) identificou-se que eles adotaram uma perspectiva tripla, tendo juízes, advogados da União e peritos em suas amostras. Os autores observaram que o perito contábil ideal é percebido como alguém dotado de rigor técnico, imparcialidade e capacidade de apresentar informações de modo claro ao Judiciário. O estudo destacou a valorização de atributos comportamentais, como ética, responsabilidade e objetividade, reforçando que o desempenho pericial não depende apenas de domínio técnico, e sim de credibilidade perante os operadores do Direito.

Na mesma linha de pesquisa, Rosa e Cândido (2020) avaliaram a qualidade do laudo pericial segundo a percepção de peritos e magistrados de Santa Catarina, concluindo que a efetividade do trabalho depende da precisão metodológica e da clareza textual. Os autores identificaram, contudo, lacunas persistentes, como divergências entre a linguagem técnica contábil e a compreensão dos juízes, o que reforça a necessidade de maior atenção à comunicação e à fundamentação dos laudos.

O trabalho de Silva e Athayde (2016), contribuição com a discussão ao estudar a respeito da percepção dos profissionais de contabilidade mineiros acerca dos requisitos e competências do perito, reafirmando a centralidade de qualificações como independência, conhecimento normativo e capacidade investigativa. Os autores também discutem a amplitude do campo de atuação, mostrando que a perícia contábil extrapola o ambiente judicial, atuando em arbitragem, mediação e consultorias técnicas.

Miranda *et. al.* (2022) utilizaram em suas pesquisas uma amostra de 556 peritos contadores registrados no Cadastro Nacional de Peritos (CNPIC), de todas as regiões do Brasil para investigar o panorama dos peritos contábeis e suas atividades no Brasil. Seus achados indicaram que o perito contador brasileiro atua, principalmente de forma individual principalmente na esfera judicial, e de forma concentrada nas áreas Financeira, Contábil e Trabalhista. Mais da metade dos profissionais, não tem a perícia como sua atividade profissional principal, e esta é a principal fatia de profissionais que não está satisfeita com os rendimentos que a atividade proporciona. A atuação profissional se dá principalmente por meio perícias judiciais e de apuração de cálculos, principalmente em perícias financeiras, contábeis e trabalhistas. Por sua vez, Vitto *et. al.* (2020) abordam o papel do perito contábil na resolução de conflitos, defendendo que sua atuação contribui para a celeridade processual e para a construção de decisões mais justas. O estudo destaca a relevância do perito em processos de mediação e arbitragem, reforçando a importância de laudos consistentes que apoiem a solução consensual de disputas.

Quanto ao perfil dos peritos, as pesquisas de Gonçalves *et al.* (2014), Rosa e Cândido (2020) e Silva e Athayde (2016) convergem ao descrever predominância masculina na área, embora apontem um crescimento progressivo da participação feminina. O tempo de atuação varia entre os estudos, mas a maioria aponta que grande parte dos peritos possui experiência superior a cinco anos, indicando que a permanência e a vivência prática são fatores relevantes para o amadurecimento técnico e para o reconhecimento profissional perante o Judiciário. Outro importante, é a necessidade de domínio de diversas áreas do conhecimento, sobretudo no que diz respeito à legislação pertinente, normas contábeis, procedimentos jurídicos e atualizações tecnológicas.

Gonçalves *et. al.* (2014) enfatizam que juízes e advogados avaliam positivamente peritos que compreendem adequadamente os ritos processuais, demonstrando que a perícia exige familiaridade com termos, prazos e fundamentos legais.

Rosa e Cândido (2020), por sua vez, apontam que a tecnologia exerce um papel crescente, tanto na coleta quanto na análise de informações, fazendo com que o perito precise dominar ferramentas digitais, sistemas de gestão de processos e técnicas de segurança informacional. A literatura mais recente, como a de Silva (2025), reforça esse cenário ao evidenciar que a perícia moderna não se limita à contabilidade tradicional, mas requer uma visão multidisciplinar capaz de integrar aspectos jurídicos, administrativos, tecnológicos e organizacionais.

A experiência profissional e a educação continuada surgem como pilares indispensáveis. Silva e Athayde (2016) mostram que os contadores reconhecem a necessidade de estudos permanentes, uma vez que a área lida com alterações frequentes na legislação, normas periciais e tecnologias aplicadas. Silva (2025) reforça que a credibilidade do laudo pericial depende diretamente do preparo contínuo do profissional, enquanto Silva (2023) destaca a importância de cursos de aperfeiçoamento e capacitações específicas. Os estudos convergem na ideia de que o perito que não se atualiza compromete a qualidade, a consistência e a imparcialidade do trabalho entregue.

Nesse viés, concordam Miranda *et. al.* (2022), em suas pesquisas, ao apontarem a percepção dos peritos quanto formação e qualificação, visto que, muitos profissionais relataram que a formação em graduação não foi suficiente para prepará-los para o mercado de perícia. Isso sugere que há uma forte necessidade de educação profissional continuada, especializações ou cursos complementares para aqueles que pretendem atuar nessa área. Outro ponto levantado na pesquisa foi sobre a experiência prática, que também aparece como fator-chave: a perícia exige familiaridade com laudos, análise de documentos, entendimento profundo de registros contábeis, cálculos, capacidade analítica e interpretativa — o que vai muito além do conhecimento teórico.

As pesquisas também evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos peritos, destacando especialmente a obtenção de documentos necessários para análise, elaboração e conclusão do laudo. Rosa e Cândido (2020) identificam que a demora no envio de documentação pelas partes, a falta de dados confiáveis e a fragmentação de informações são fatores que prejudicam a eficiência e a precisão do laudo. Gonçalves *et al.* (2014) mencionam obstáculos semelhantes, ressaltando que a qualidade da prova pericial depende de acesso amplo e tempestivo às informações. Esse problema, segundo diversos autores, pode prolongar prazos, gerar dúvidas interpretativas e até comprometer a fidelidade técnica do trabalho pericial.

Miranda *et. al.* (2022) relataram que, entre os principais problemas enfrentados pelos peritos, está a falta de apoio dos conselhos de classe para o desenvolvimento e defesa da atividade. Os peritos, de maneira geral, acreditam que a atividade é pouco valorizada, e que os estudantes aprendem pouco sobre ela no curso de graduação. Nesse sentido, depreende-se que muitos contadores ainda enfrentam dificuldades relacionadas à formação específica em perícia, ao domínio das normas aplicáveis e ao aperfeiçoamento contínuo, reiterando a necessidade de capacitação profissional.

A ética, neutralidade e honestidade aparecem como elementos centrais em todos os estudos revisados. Para Gonçalves *et. al.* (2014), esses atributos são fundamentais para garantir que o perito seja percebido como imparcial pelos operadores do Direito. Silva e Athayde (2016) reforçam que a confiabilidade do laudo está diretamente ligada à postura ética, à independência profissional e à ausência de conflitos de interesse. Da mesma forma, Vitto *et. al.* (2020) explicam que a neutralidade do perito não apenas legitima o processo judicial ou arbitral, mas também contribui para soluções mais justas e técnicas, preservando a credibilidade da profissão.

De forma geral, é possível afirmar que os autores convergem quanto à necessidade de aprimorar tanto a formação quanto a prática profissional do perito contábil, especialmente no que diz respeito à clareza dos laudos, à aplicação rigorosa das normas técnicas e à manutenção da independência. Os estudos evidenciaram a complexidade da atuação do perito contábil no cenário jurídico brasileiro, mostrando que a profissão exige competências técnicas, éticas e comunicacionais cada vez mais apuradas. Uma observação importante é que todos os trabalhos abordam a natureza interdisciplinar da perícia contábil, evidenciando que o perito atua como ponte entre a contabilidade e o direito, executando análises que sustentam decisões judiciais e extrajudiciais.

Algumas diferenças de opinião em relação às pesquisas derivam principalmente na ênfase dada: enquanto alguns focam a percepção dos operadores do Direito (Gonçalves *et al.*; Rosa & Cândido), outros analisam competências profissionais (Silva & Athayde), utilidade do laudo (Silva, 2025) ou expansão do campo de atuação (Vitto *et. al.*). No conjunto, as pesquisas mostram que a perícia contábil segue em expansão e consolidação no país, exigindo das profissionais habilidades técnicas e comportamentais que acompanhem o avanço da complexidade jurídica e organizacional.

Diante dos apontamentos acima, convém ressaltar que os estudos destacaram um conjunto de habilidades e competências essenciais ao perito contábil, entre as quais se destacam: capacidade analítica, rigor

metodológico, domínio normativo, clareza na comunicação escrita, objetividade, habilidade investigativa, pensamento crítico e conhecimento multidisciplinar. Rosa e Cândido (2020) e Miranda *et al.* (2020) reforçam que a clareza na linguagem do laudo é decisiva para que magistrados compreendam adequadamente as conclusões técnicas. Já Silva (2025) aponta que a capacidade de integrar informações complexas e apresentar conclusões fundamentadas é um diferencial determinante para a utilidade da perícia no processo.

III. Metodologia

Para atingir o objetivo de investigar o perfil e a prática dos servidores calculistas do Judiciário maranhense e sua conexão com a Contabilidade, esta pesquisa adotou uma estratégia metodológica mista, combinando abordagens quantitativa e qualitativa de forma complementar, com caráter descritivo e exploratório. O desenho da pesquisa foi estruturado em duas etapas principais: um levantamento censitário por questionário, para mapear e caracterizar a população de interesse, seguido por um estudo de caso múltiplo com entrevistas em profundidade, para compreender os significados e nuances da prática profissional.

A população-alvo foi definida como todos os servidores com atuação direta na elaboração de cálculos judiciais nos três principais tribunais de São Luís, Maranhão: o Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT16) e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Após um levantamento minucioso das estruturas organizacionais, identificou-se um universo de 44 profissionais elegíveis: 17 servidores lotados na contadoria do TJMA, aproximadamente 20 calculistas distribuídos pelas varas do TRT16 (considerando que três varas não possuem o cargo específico) e 7 servidores do TRF1 com atribuição efetiva ou experiência recente na função.

A primeira etapa, de caráter quantitativo, consistiu na aplicação de um questionário estruturado, realizado entre os dias 24 de novembro e 4 de dezembro. O instrumento foi construído com base na norma técnica de perícia contábil (NBC TP 01) e nos regimentos internos dos tribunais, contendo 37 questões que abordavam desde dados sociodemográficos e formação até aspectos detalhados da rotina de trabalho, uso de tecnologia, autoavaliação de competências e percepções sobre a relação entre seu ofício e a ciência contábil. Para otimizar a adesão, a coleta foi híbrida: realizada por formulário *online* (Google Forms) para o TRT16 e TRF1, e de modo presencial na sede do TJMA. Dessa forma, obteve-se um retorno expressivo de 31 questionários válidos, o que representa 70,5% da população total e permite uma análise descritiva robusta da amostra.

A segunda etapa, de natureza qualitativa, buscou aprofundar a compreensão dos contextos, desafios e significados atribuídos à atividade. Foram conduzidas três entrevistas semiestruturadas com uma amostra intencional de servidores-chave, selecionados por seu conhecimento profundo e posições estratégicas. Os entrevistados incluíram Supervisores do TJMA, TRT16 e TRF1, assegurando a captação de perspectivas institucionais, operacionais e técnicas dos três ambientes organizacionais estudados. O roteiro de entrevista explorou tópicos como a importância social dos cálculos, os procedimentos operacionais, as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano e a dimensão ética do trabalho.

Para a análise dos dados, empregaram-se técnicas distintas conforme a natureza do material. Os dados quantitativos do questionário foram processados por meio de estatística descritiva, com tabulação de frequências e percentuais no software Microsoft Excel, gerando um perfil detalhado da amostra e um panorama das percepções predominantes. Já as entrevistas, transcritas na íntegra, constituíram o *corpus* para uma análise textual sistemática realizada com o auxílio do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires).

Por meio desse software, aplicou-se a técnica de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – um método algorítmico que agrupa segmentos de texto com base na coocorrência de palavras, formando classes temáticas que revelam as dimensões centrais do discurso coletivo – e a Análise de Similitude, que mapeia as relações entre os termos mais significativos, visualizando a rede de sentidos que estrutura as percepções dos entrevistados. Essa triangulação de métodos (questionário e entrevista) e de técnicas de análise (estatística descritiva e análise lexical computacional) conferiu maior robustez e profundidade aos achados da pesquisa.

Após a conclusão da coleta, os dados foram sistematizados e analisados conforme sua natureza, empregando-se técnicas complementares para atender ao objetivo de compreender tanto os aspectos objetivos e mensuráveis quanto os significados subjetivos da prática investigada.

Para os dados quantitativos, provenientes do questionário aplicado a 31 servidores, realizou-se uma primeira etapa de consolidação e padronização em planilha do Microsoft Excel. Uma vez que a coleta ocorreu de forma híbrida (*online* e presencial), os dados dos questionários físicos foram transcritos para o ambiente digital, criando um banco de dados unificado. A análise estatística aplicada foi predominantemente descritiva, sendo a mais adequada ao caráter exploratório-descritivo do estudo e ao tamanho e perfil da amostra. Foram calculadas frequências absolutas e percentuais para todas as variáveis, permitindo a caracterização detalhada do perfil dos respondentes e o mapeamento da distribuição de suas respostas, percepções e práticas, especialmente aquelas aferidas pela escala Likert. Os resultados foram então sintetizados e organizados em tabelas para

apresentação clara e objetiva do panorama geral.

Para os dados qualitativos, constituídos pelas três entrevistas semiestruturadas transcritas na íntegra, optou-se pela análise textual com o apoio do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). Esta ferramenta permite análises lexicais sistemáticas e reproduzíveis a partir de um *corpus* textual. O processo envolveu a preparação do *corpus* (padronização linguística e inserção de comandos de segmentação), seguida pela aplicação de técnicas específicas do software. A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) foi utilizada para identificar, de modo algorítmico e baseado na coocorrência estatística de palavras, as classes temáticas que estruturavam o discurso coletivo dos entrevistados.

Complementarmente, a Análise de Similitude permitiu visualizar a rede de relações entre os termos mais significativos, revelando os núcleos de sentido e suas interconexões. Diferentemente de uma análise de conteúdo manual convencional, o processo foi conduzido pelo software, que oferece um tratamento estatístico-textual aos dados qualitativos, garantindo uma categorização não subjetiva e auditável.

A triangulação foi uma estratégia central para conferir robustez aos achados. Operou-se tanto a triangulação de métodos, integrando as perspectivas quantitativa (questionário) e qualitativa (entrevistas com IRAMUTEQ), quanto a triangulação de fontes, ao incluir na amostra qualitativa servidores de perfis distintos (gestão e operação) dos três tribunais investigados.

No que se refere aos critérios de validade e confiabilidade, vários cuidados metodológicos foram adotados. A validade de conteúdo dos instrumentos foi buscada através de seu alinhamento teórico com a NBC TP 01 e os normativos internos dos tribunais, além de um pré-teste informal com um profissional da área para ajustes de clareza. Quanto à validade interna, a já mencionada triangulação de métodos e fontes foi a principal estratégia para enriquecer a compreensão do fenômeno e contrastar perspectivas. A validade externa ou transferibilidade é sustentada pela descrição densa e contextualizada fornecida sobre a população, os tribunais estudados e os critérios de seleção, o que permite a outros pesquisadores avaliarem a pertinência dos resultados para contextos similares, ainda que se reconheça o limite inerente à amostra não probabilística.

Sobre a confiabilidade, na etapa quantitativa, o controle da unicidade das respostas *online* e a consolidação manual cuidadosa buscaram minimizar erros. Na etapa qualitativa, a confiabilidade e a auditabilidade foram garantidas principalmente pelo uso do software IRAMUTEQ. O processo de análise segue protocolos bem definidos e replicáveis: um outro pesquisador, utilizando o mesmo *corpus* textual preparado e submetendo-o ao mesmo software com os mesmos parâmetros, obterá resultados estatístico-textuais idênticos. A transparência na descrição detalhada de todas as etapas metodológicas, da coleta ao processamento no software, serve como garantia final da rastreabilidade e do rigor do estudo.

IV. Resultado E Discussão

A análise textual conduzida neste estudo seguiu rigorosamente os protocolos metodológicos estabelecidos para o emprego do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), assegurando consistência analítica, validade estatística e profundidade interpretativa (RATINAUD, 2009; CAMARGO; JUSTO, 2013). O processo metodológico abrangeu três etapas principais: (1) a construção e preparação do corpus; (2) a análise das estatísticas textuais gerais; e (3) a aplicação de técnicas específicas de tratamento e interpretação dos dados.

O corpus analisado foi constituído a partir de três entrevistas completas, transcritas na íntegra e consolidadas em um único arquivo de texto, conforme as diretrizes metodológicas de Ratinaud e Marchand (2012) para a operação adequada do IRaMuTeQ. Este procedimento exigiu cuidados especiais com a padronização linguística, correção ortográfica, uniformização terminológica e, sobretudo, a inserção de marcadores estruturais (comando *). Tais marcadores permitem que o software identifique cada entrevista como uma unidade discursiva autônoma, preservando assim a integridade e a individualidade da fala de cada participante.

Reconhece-se, como limitação inerente ao desenho da pesquisa, que o corpus foi composto por apenas três entrevistas. Embora esta amostra favoreça uma análise lexical qualitativa profunda e densa com o IRaMuTeQ, os resultados encontrados não devem ser generalizados para o universo mais amplo de servidores sem a devida contextualização. A opção metodológica priorizou a profundidade analítica e a riqueza discursiva em detrimento da amplitude amostral.

Após o preparo do corpus, o IRaMuTeQ realizou automaticamente sua segmentação, distribuindo o texto em 35 Segmentos de Texto (ST). Os ST correspondem às unidades mínimas de análise do software, geralmente constituídas por períodos ou conjuntos breves de frases. Esta segmentação é fundamental, pois permite ao algoritmo identificar padrões lexicais, recorrências semânticas e associações significativas entre termos, conferindo maior precisão tanto estatística quanto interpretativa ao processo analítico (REINERT, 1990; CAMARGO; JUSTO, 2013). A análise das estatísticas gerais do corpus revelou os seguintes indicadores, sumarizados na Tabela 1.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas do corpus textual

<i>Número de textos</i>	3
<i>Número de ST</i>	35
<i>Ocorrências</i>	1166
<i>Número de formas</i>	523
<i>Número de hápax</i>	376 – 71,89% des forme – 32,25% des ocorrências

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

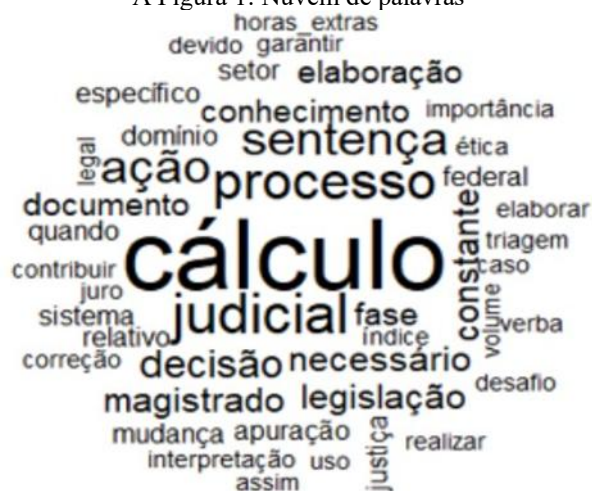
Os indicadores apresentados na Tabela 1 revelam um corpus com boa extensão textual (1.166 ocorrências), notável diversidade lexical (523 formas distintas) e considerável densidade semântica. Essas características são consideradas adequadas e necessárias para a aplicação confiável de análises estatísticas de texto (CAMARGO; JUSTO, 2013). A presença significativa de hapax (71,89% das formas distintas) sugere uma ampla diversidade vocabular e uma riqueza expressiva no discurso dos entrevistados, indicando que os participantes recorreram a um repertório linguístico variado e específico (REINERT, 1990). Paralelamente, o volume total de ocorrências lexicais (1.166) assegura uma massa crítica de dados suficiente para a identificação estatisticamente consistente de padrões recorrentes e estruturas temáticas estáveis no interior do corpus, equilibrando assim a riqueza vocabular com a necessária recorrência para análise (LEBART; SALEM; BERRY, 1998).

Para o tratamento e a interpretação sistemática do corpus textual, foram empregadas três técnicas principais disponibilizadas pelo software IRaMuTeQ, aplicadas de forma sequencial e complementar: a Nuvem de Palavras, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e a Análise de Similitude.

A Nuvem de Palavras gerada pelo IRaMuTeQ evidencia os termos de maior frequência absoluta no corpus analisado. Esta técnica constitui-se como um recurso de análise exploratória inicial, fornecendo uma visão panorâmica e global da organização temática subjacente ao discurso dos servidores entrevistados. Sua representação gráfica permite uma identificação imediata dos vocábulos mais recorrentes e dos possíveis eixos temáticos predominantes, funcionando como um primeiro e fundamental nível de aproximação analítica do material textual (CAMARGO; JUSTO, 2013; BARDIN, 2016).

Esta opção metodológica visa capturar a frequência lexical de forma abrangente, sem direcionamentos analíticos prévios. A Figura 1 apresenta a Nuvem de Palavras produzida a partir do processamento do corpus constituído pelas três entrevistas.

A Figura 1: Nuvem de palavras



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A observação da Figura 1 permite identificar que o termo cálculo ocupa uma posição central e de maior destaque visual na nuvem de palavras. Esta proeminência confirma a coerência temática interna do corpus analisado e evidencia a centralidade absoluta dessa atividade na construção discursiva coletiva dos participantes. O lugar do termo reforça sua relevância nuclear no conjunto de práticas, saberes e significados socialmente compartilhados pelos servidores (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Radiando a partir deste núcleo principal, destacam-se agrupamentos lexicais que esboçam os eixos temáticos do discurso onde os termos do primeiro agrupamento (sentença, processo, ação, magistrado, decisão) indicam que a elaboração de cálculos judiciais é compreendida como uma atividade intrinsecamente vinculada à

dinâmica processual e ao próprio funcionamento do sistema de justiça. Eles revelam a percepção do cálculo como um elemento estruturante da engrenagem jurídico-processual, com impacto direto e material nas decisões judiciais. Paralelamente, palavras como (índice, correção, juro, documento, elaboração e sistema) remetem ao universo da complexidade técnica e operacional inerente à atividade. Este campo semântico aponta para a necessidade de domínio de procedimentos específicos, conhecimentos normativos atualizados e habilidades técnicas especializadas, reforçando a ideia de que a prática exige um elevado grau de precisão, atualização constante e competência técnica (BARDIN, 2016).

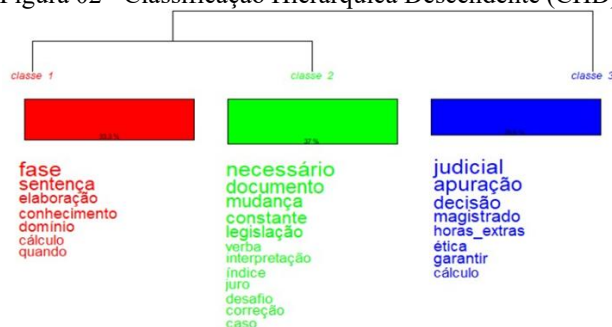
A utilização de termos como "ética", "importância", "garantir" e "contribuir" evidencia a consciência dos servidores quanto à relevância ética e institucional do exercício de suas funções. Esses vocábulos indicam o reconhecimento, por parte dos entrevistados, do impacto social, jurídico e institucional dos cálculos judiciais, bem como da responsabilidade inerente à elaboração de resultados que afetam diretamente direitos, deveres e decisões no âmbito do Poder Judiciário. Dessa forma, a Nuvem de Palavras cumpre uma dupla função: oferece um panorama geral e acessível do discurso e, de forma prospectiva, antecipa os principais eixos temáticos que serão estatisticamente validadas e aprofundadas pelas análises subsequentes de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e de Similitude. Esta triangulação metodológica contribui para uma compreensão integrada e consistente do fenômeno investigado.

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD), fundamentada no método algorítmico proposto por Reinert (1990), constitui uma das análises centrais e mais robustas do software IRaMuTeQ. O método da CHD revela as correlações estatísticas entre as palavras, agrupando-as em conjuntos denominados classes temáticas, representadas graficamente em um dendrograma. Trata-se de um procedimento de agrupamento automático realizado pelo software a partir das formas ativas do corpus, o qual, com base na força de associação entre elas (calculada pelo teste estatístico de qui-quadrado - χ^2), organiza o vocabulário em um esquema hierárquico. Cada partição do dendrograma representa, portanto, uma classe de palavras que compartilham uma forte associação contextual entre si (SABIÃO BATISTA; BRANDALISE, 2023).

Do ponto de vista metodológico, a CHD viabiliza uma leitura articulada entre as dimensões quantitativa e qualitativa. Ao associar critérios estatísticos rigorosos à interpretação dos sentidos produzidos, as classes resultantes transcendem meros agrupamentos formais de palavras. Elas expressam dimensões simbólicas, práticas e institucionais que organizam a experiência discursiva dos sujeitos, contribuindo decisivamente para uma compreensão mais profunda dos significados socialmente compartilhados no grupo estudado (BARDIN, 2016; MINAYO, 2014).

No presente estudo, a aplicação da CHD, ou Análise de Reinert), um método estatístico que agrupa segmentos de texto em classes (grupos de palavras) com base em suas concorrências e semântica, revelando os temas centrais e a estrutura do corpus, visualizados em um dendrograma para facilitar a interpretação dos dados qualitativo ao corpus resultou na identificação de três classes temáticas distintas, confirmando e estruturando estatisticamente os agrupamentos preliminares observados na Nuvem de Palavras. A distribuição resultante é apresentada a seguir.

Figura 02 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A distribuição resultante da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) demonstra que o discurso dos servidores sobre a elaboração de cálculos judiciais organiza-se em três eixos analíticos fundamentais e interdependentes. Estes eixos articulam, de forma complementar, as dimensões técnico-operacional, normativa e ético-institucional da prática profissional investigada, oferecendo uma visão estruturante e estatisticamente fundamentada do fenômeno.

A Classe 1, que reúne 33,4% dos segmentos de texto (ST), está predominantemente associada à dimensão técnico-operacional da atividade. As palavras com maior associação estatística nesta classe fase, sentença, elaboração, conhecimento, domínio, cálculo e quando – delineiam o núcleo discursivo diretamente vinculado à execução prática e especializada do trabalho. Esta classe evidencia, em primeiro lugar, a

centralidade do momento processual, indicando que os cálculos são compreendidos como uma etapa subsequente à sentença ou vinculada a fases específicas do processo.

Em segundo lugar, ressalta a exigência de um saber especializado, expresso pelos termos conhecimento e domínio, indispensáveis para a correta interpretação das decisões judiciais e sua tradução em valores quantitativos. Por fim, focaliza a própria ação de elaborar, destacando o caráter procedimental e metódico da tarefa. Analiticamente, esta classe revela que os servidores percebem sua atividade como altamente especializada, demandando precisão, segurança técnica e uma compreensão aprofundada tanto do conteúdo jurídico quanto dos parâmetros técnicos aplicáveis, constituindo-se, portanto, como a descrição da materialidade operativa da função (MINAYO, 2014).

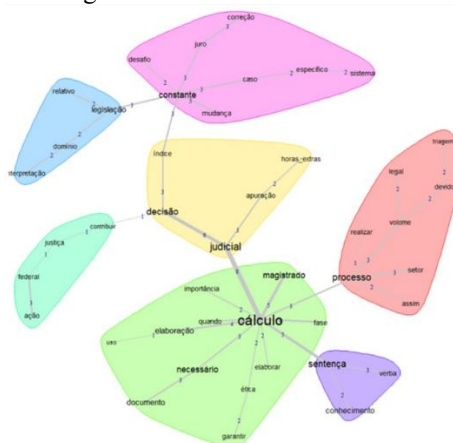
A Classe 2, que concentra a maior proporção de segmentos de texto (37,0%), refere-se à dimensão normativa e aos desafios práticos enfrentados no cotidiano profissional. Seu léxico característico – necessário, documento, mudança, constante, legislação, verba, interpretação, índice, juro, desafio, correção e caso configura um discurso marcado por múltiplas camadas de complexidade. Evidência, inicialmente, a condição essencial da documentação adequada (documento como elemento necessário) para a apuração fidedigna dos valores. Em seguida, destaca a percepção de um ambiente normativo em constante transformação, com mudanças frequentes e constantes na legislação e na jurisprudência, que demandam permanente atualização.

Ademais, explicita a intrincada complexidade técnica inerente à aplicação de índices, juros, correções monetárias e à definição de verbas diversificadas. Por fim, aponta para os desafios operacionais e interpretativos surgidos da singularidade de cada caso concreto. Esta classe revela, assim, que a elaboração de cálculos não é percebida como uma aplicação mecânica, mas sim como um processo dinâmico de interpretação, adaptação e superação de obstáculos, reforçando seu caráter desafiador e não rotineiro (BARDIN, 2016).

A Classe 3, que agrega 29,6% dos segmentos de texto, está vinculada à dimensão ético-institucional da prática profissional. As palavras com maior força associativa nesta classe judicial, apuração, decisão, magistrado, horas extras, ética, garantir e cálculo direcionam o foco para o significado social e moral do trabalho realizado. Elas remetem, em conjunto, à função institucional do cálculo no seio do Poder Judicial; ao seu impacto direto e material no processo decisório, influenciando decisões de magistrados a partir de uma apuração rigorosa; à pesada carga de responsabilidade ética (envolvendo ética e o imperativo de garantir resultados justos) que recai sobre o servidor; e, não menos importante, às implicações humanas e laborais da exigência de precisão, simbolizadas pela menção a horas extras. Do ponto de vista interpretativo, esta classe deixa claro que os servidores não restringem sua atuação a uma mera tarefa técnica. Pelo contrário, atribuem a ela um forte significado ético e cívico, demonstrando consciência de seu papel decisivo na efetivação da justiça e internalizando um profundo senso de responsabilidade e compromisso com a instituição (BARDIN, 2016).

Por fim, a análise de similitude, fundamentada nos pressupostos da teoria dos grafos, configura-se como uma técnica analítica destinada a identificar e representar graficamente as relações de concorrência entre as palavras no interior do corpus textual. Este procedimento permite a visualização da estrutura relacional do discurso, na qual termos centrais (nós), suas conexões diretas (arestas) e os agrupamentos semânticos (clusters) formados a partir das interações lexicais tornam-se evidentes. Diferentemente de abordagens que priorizam apenas a frequência isolada dos vocábulos, a análise de similitude privilegia a compreensão das relações contextuais e de sentido que os unem, desvendando a arquitetura interna do discurso e os eixos semânticos que dão sustentação coerente às falas dos participantes (MARCHAND; RATINAUD, 2012; CAMARGO; JUSTO, 2013; LEBART; SALEM; BERRY, 2004).

Figura 03 - Análise de similitude



Fonte: Dados da pesquisa, 2025

No presente estudo, a análise de similitude identificou o termo cálculo como o núcleo central e mais conectado da rede semântica. Essa posição ressalta, de forma consistente, sua centralidade simbólica e funcional no discurso coletivo dos servidores. O termo estabeleceu associações diretas e relevantes com palavras-chave como judicial, magistrado, processo, sentença e necessário. Tal padrão de conexões reforça a compreensão de que a elaboração de cálculos judiciais é vista como atividade inerente à dinâmica do processo judicial, integrada à atuação do magistrado e fundamental para a efetivação das decisões judiciais, consolidando-se como eixo principal em torno do qual se estrutura o discurso profissional.

A partir deste núcleo central, a análise permitiu visualizar a formação de seis agrupamentos semânticos distintos (clusters), cada um expressando uma faceta específica da prática profissional e, ao mesmo tempo, interligando-se ao todo. O cluster ético-operacional, formado por termos como necessário, documento, elaboração, ética, garantir e importância, evidencia uma percepção na qual a correta execução técnica está intrinsecamente associada a um compromisso ético. Para os servidores, a precisão na elaboração depende de documentação necessária e é sustentada pela responsabilidade de garantir um resultado ético e socialmente confiável.

O cluster técnico-decisório, composto por judicial, decisão, índice, apuração e horas extras, destaca o papel instrumental e de suporte dos cálculos. Este agrupamento mostra que a atividade é vista como o suporte técnico essencial que alimenta a decisão judicial, exigindo apuração minuciosa de valores e correta aplicação de índices. O cluster estrutural, com palavras como processo, volume, setor, triagem, devido e legal, direciona o foco para o contexto organizacional e burocrático em que o trabalho é realizado. Ele revela que a atividade especializada está inserida em uma engrenagem administrativa, sujeita a um volume de demandas, a uma divisão interna por setores, a processos de triagem e à necessidade absoluta de observar todos os trâmites legais e devidos.

Já o cluster de atualização e complexidade, formado por constante, mudança, desafio, correção, juro, caso e sistema, captura a natureza dinâmica e desafiadora do ambiente de trabalho. Este conjunto semântico reflete a percepção de que a prática ocorre em um cenário de constante mudança normativa, apresentando desafios técnicos ligados a correções, juros e sistemas específicos, que variam conforme cada caso concreto. O cluster normativo, que reúne legislação, domínio, interpretação e relativo, ressalta a dimensão intelectual e hermenêutica da atividade. Ele indica que o trabalho vai além da aplicação de fórmulas, exigindo o domínio e a contínua interpretação de uma legislação complexa e muitas vezes relativa, demandando capacidade de julgamento e adaptação.

Por fim, o cluster institucional, com os termos justiça, federal, ação e contribuir, amplia o significado do trabalho para uma esfera de valor público e institucional. Este agrupamento mostra que os servidores enxergam sua atuação como uma ação concreta que contribui para o funcionamento da Justiça Federal, atribuindo um propósito coletivo e um sentido de missão ao seu labor diário. De modo geral, a análise de similitude não apenas confirma os três grandes eixos (técnico, normativo e ético-institucional) identificados pela Classificação Hierárquica Descendente, mas também os aprofunda e revela suas interconexões internas. A técnica demonstra como as dimensões da prática profissional são interdependentes: a ética liga-se à precisão técnica, que depende da atualização normativa, que ocorre dentro de uma estrutura organizacional, tudo isso no contexto da missão maior do Judiciário. Esta visão integrada em rede reforça a consistência e a convergência dos resultados, oferecendo uma compreensão rica e multidimensional do fenômeno investigado.

A Tabela 02 apresenta a distribuição dos 31 respondentes por órgão de lotação — TJMA, TRT16 e TRF1 —, permitindo caracterizar a composição institucional da amostra e, consequentemente, contextualizar a leitura dos resultados subsequentes do questionário. Ao evidenciar a participação relativa de cada tribunal, a tabela também possibilita avaliar a representatividade dos diferentes ambientes organizacionais investigados no Judiciário maranhense, aspecto relevante para interpretar variações de percepções e práticas reportadas pelos servidores ao longo da análise.

Tabela 02 - Distribuição dos servidores nos tribunais.

Resposta	Frequência	Percentual (%)
Servidores do TRT16	7	22,58%
Servidores do TRF1	7	22,58%
Servidores do TJMA	17	54,84%
TOTAL	31	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Conforme os resultados apresentados na tabela 02, a maioria dos servidores que participaram da pesquisa pertencem ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) localizado em São Luís, que representa 54,84% da amostra, já o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT16) e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) concentram ambos individualmente a participação de 22,58% dos servidores

respondentes. Dessa forma, o TJMA possui maior representatividade na pesquisa, devido a dois fatores relevantes: o primeiro por conta do maior quantitativo de servidores lotado na contadoria e maior adesão por parte deles. A distribuição dos participantes quanto ao sexo, permitindo caracterizar o perfil sociodemográfico da amostra e oferecer um parâmetro inicial para interpretação dos resultados do questionário. Ao indicar a predominância de respondentes do sexo masculino (61,29%) em relação ao feminino (38,71%), a tabela contribui para contextualizar a composição do grupo investigado e resguardar maior transparência quanto às condições de participação dos servidores no estudo.

A Tabela 03 apresenta a distribuição dos respondentes por faixa etária, permitindo compreender o perfil etário da amostra e contextualizar as análises subsequentes do questionário. Observa-se uma distribuição relativamente equilibrada entre os grupos de 26 a 35 anos (25,81%) e de 46 a 55 anos (25,81%), que concentram as maiores participações. Em seguida, aparecem os servidores com 36 a 45 anos (22,58%) e aqueles com mais de 55 anos (19,35%), indicando presença significativa de participantes em estágios profissionais mais maduros. Por outro lado, a menor participação foi registrada na faixa até 25 anos (6,45%), o que sugere menor representatividade de servidores mais jovens na amostra analisada.

Tabela 03 - Faixa etária

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)
ATÉ 25 ANOS	2	6,45%
26 A 35 ANOS	8	25,81%
36 A 45 ANOS	7	22,58%
46 A 55 ANOS	8	25,81%
ACIMA DE 55 ANOS	6	19,35%
TOTAL	31	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

A Tabela 04 apresenta o tempo total de serviço público dos respondentes, variável importante para caracterizar o grau de experiência institucional da amostra e apoiar a interpretação dos resultados do estudo. Observa-se que 35,48% dos servidores possuem entre 16 e 22 anos de atuação, evidenciando um contingente com trajetória consolidada no serviço público. Ao somar esse grupo aos participantes com mais de 22 anos (16,13%), verifica-se que 51,61% da amostra reúne profissionais com elevada senioridade, o que tende a refletir maior familiaridade com rotinas organizacionais e práticas administrativas. Por outro lado, a participação de servidores com menos de 4 anos (22,58%) indica a presença de respondentes em fase inicial de carreira, o que pode incorporar percepções distintas quanto a processos e práticas institucionais, ampliando a diversidade de experiências captadas pela pesquisa.

Tabela 04-Tempo total de serviço público

Resposta	Frequência	Percentual (%)
Menos de 4 anos	7	22,58%
De 4 a 10 anos	4	12,90%
De 11 a 15 anos	4	12,90%
De 16 a 22 anos	11	35,48%
Mais de 22 anos	5	16,13%
Total	31	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

A Tabela 05 apresenta o tempo de atuação dos respondentes na elaboração de cálculos judiciais, variável que contribui para dimensionar o nível de experiência técnica específica da amostra na atividade investigada. Verifica-se predominância de profissionais com maior trajetória na função, uma vez que 45,16% atuam há mais de 8 anos nessa atividade. Em contrapartida, observa-se também uma parcela expressiva de respondentes com menos de 2 anos de atuação (35,48%), indicando a presença de profissionais em fase de adaptação ou consolidação de competências na área. Os grupos intermediários — de 2 a 4 anos (9,68%) e de 5 a 8 anos (9,68%) — apresentam menor participação. Esse perfil sugere uma amostra composta simultaneamente por servidores altamente experientes e por profissionais mais recentes na atividade, o que pode influenciar as percepções sobre rotinas, ferramentas e desafios associados à elaboração de cálculos judiciais.

Tabela 05 -Tempo de atuação elaborando cálculos judiciais

<i>Resposta</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual (%)</i>
<i>Menos de 2 anos</i>	11	35,48%
<i>De 2 a 4 anos</i>	3	9,68%
<i>De 5 a 8 anos</i>	3	9,68%
<i>Mais de 8 anos</i>	14	45,16%
<i>Total</i>	31	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

A Tabela 06 apresenta a formação acadêmica dos respondentes, permitindo identificar o nível de qualificação educacional predominante na amostra e contextualizar as análises sobre competências e práticas profissionais investigadas. Observa-se forte concentração em pós-graduação lato sensu (especialização/MBA), com 67,74% dos participantes, evidenciando um perfil majoritariamente especializado.

Tabela 06 - Formação acadêmica

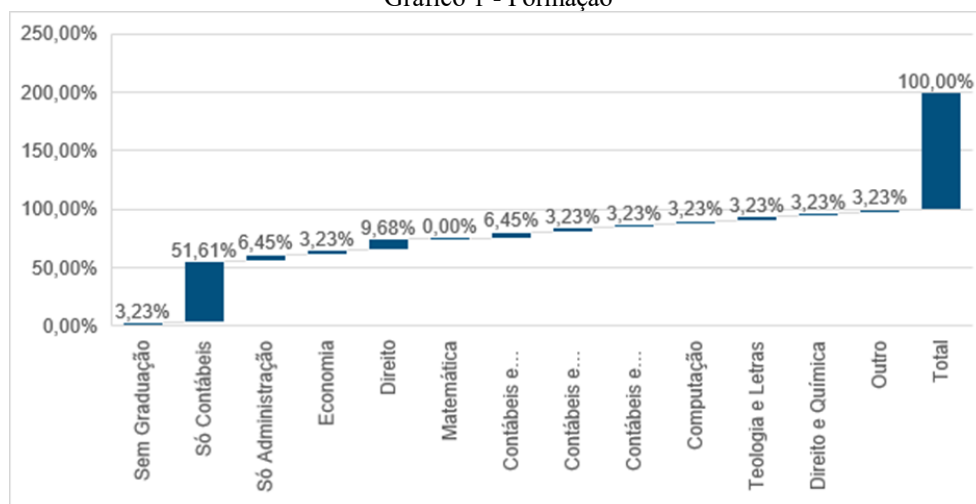
<i>Resposta</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual (%)</i>
<i>Ensino médio</i>	1	3,23%
<i>Graduação completa</i>	7	22,58%
<i>Pós-graduação lato sensu (especialização/MBA)</i>	21	67,74%
<i>Pós-graduação stricto sensu (mestrado/doutorado)</i>	2	6,45%
<i>Total</i>	31	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Observa-se que o grupo com graduação completa representa 22,58% da amostra, enquanto pós-graduação stricto sensu corresponde a 6,45%, e ensino médio apenas 3,23%. Esses dados revelam um perfil de participantes com alto nível educacional, favorecendo maior domínio técnico e uso de procedimentos formais nas atividades analisadas.

O gráfico 02 detalha as graduações declaradas pelos participantes, permitindo identificar a formação de base predominante e o grau de interdisciplinaridade presente na amostra. Observa-se que Ciências Contábeis é a formação mais frequente, aparecendo de forma exclusiva em 51,61% dos respondentes, além de surgir em combinações com outras áreas (por exemplo, Administração, Engenharia e Nutrição), o que reforça sua centralidade no perfil acadêmico do grupo.

Gráfico 1 - Formação

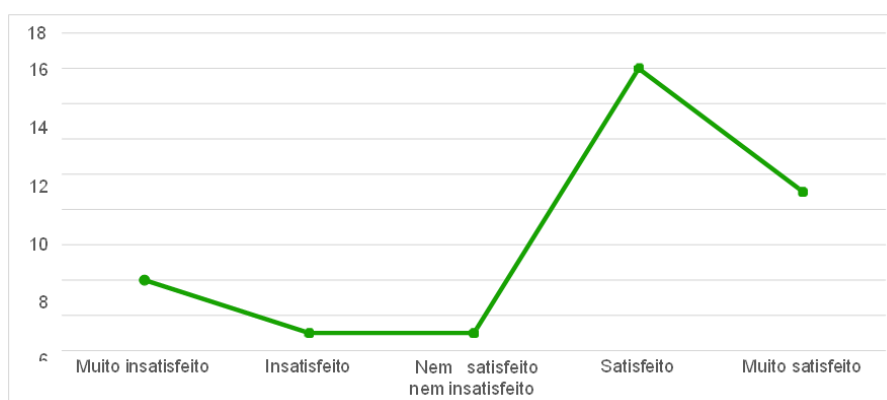


Fonte: Dados da pesquisa, 2025

A presença de formações como Direito (9,68%), Administração (6,45%), Economia (3,23%) e Ciência da Computação (3,23%), além de outras trajetórias pontuais, evidencia um perfil interdisciplinar entre os respondentes, o que tende a repercutir em diferentes ênfases na execução das atividades de cálculo — por exemplo, maior familiaridade com a linguagem jurídico-processual, com rotinas gerenciais e de organização do trabalho, com fundamentos econômicos e com ferramentas digitais e automação. Essa diversidade é coerente com a literatura que associa a qualidade do trabalho técnico no âmbito judicial a um conjunto de competências que extrapola a dimensão estritamente operacional, incorporando domínio conceitual, experiência e capacidade

de dialogar com diferentes atores e documentos do processo (GONÇALVES et al., 2014; VITTO et al., 2020). Ainda assim, a amostra permanece majoritariamente composta por servidores com formação superior, dado que apenas 3,23% declararam não possuir graduação, o que se alinha à noção de que atividades técnicas sensíveis demandam base formativa consistente e qualificação continuada para assegurar confiabilidade e legitimidade do produto entregue ao Judiciário (CONCEIÇÃO et al., 2025; SILVA, Daniel Q., 2025).

O Gráfico 2 demonstra percepção amplamente favorável quanto às atividades de elaboração de cálculos judiciais: 51,61% declararam-se satisfeitos e 29,03% muito satisfeitos, totalizando 80,64% de satisfação. Esse resultado sugere que, para a maioria, as rotinas e responsabilidades da função são avaliadas positivamente, o que pode estar relacionado à percepção de domínio técnico, estabilidade dos procedimentos e reconhecimento do papel do cálculo como elemento de suporte à decisão e ao cumprimento de determinações judiciais. Nesse sentido, a literatura destaca que a produção de informações técnicas confiáveis — seja por meio de laudos, pareceres ou cálculos — contribui para a efetividade do processo e tende a fortalecer a percepção de utilidade e significado do trabalho realizado (ASSIS, 2017; CONCEIÇÃO et al., 2025). Além disso, estudos que analisam o trabalho técnico no contexto judicial apontam que clareza metodológica, organização e consistência são atributos associados a melhor desempenho e maior aceitação do produto técnico por magistrados, o que pode refletir positivamente na satisfação profissional (ROSA; CÂNDIDO, 2020; SILVA, Patrícia et al., 2023).



Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Em contraste, 12,90% dos respondentes declararam-se muito insatisfeitos, 3,23% insatisfeitos e 3,23% neutros. Apesar de a maioria perceber a atividade de forma favorável, esse contingente minoritário com percepção negativa é relevante e pode indicar fatores associados à carga de trabalho, complexidade técnica das demandas, limitações de suporte institucional, lacunas de capacitação e condições tecnológicas disponíveis. Sob a ótica de Costa e Venâncio (2016), a efetividade de rotinas técnicas depende de competências instaladas e de condições operacionais que assegurem estabilidade do processo de trabalho; quando esses elementos são insuficientes, aumentam as chances de retrabalho e inconsistências, o que repercute diretamente na satisfação e na percepção de desempenho. Além disso, no âmbito judicial, a pressão por prazos e por precisão tende a intensificar o impacto de tais fatores, uma vez que o cálculo compõe etapa sensível à execução e ao cumprimento de decisões (ASSIS, 2017).

Os resultados também evidenciam elevada adesão a ações de capacitação: 74,19% afirmaram já ter participado de cursos, oficinas ou treinamentos voltados à confecção de cálculos judiciais, enquanto 25,81% não participaram. Esse achado sugere um contexto em que a qualificação técnica é reconhecida como requisito para a execução das rotinas, em linha com Pereira (2025), para quem a profissionalização contínua contribui para maior consistência em atividades especializadas e para redução de assimetrias operacionais. No campo da perícia e da produção de informações técnicas no Judiciário, a literatura também sustenta que formação e atualização profissional são decisivas para elevar a confiabilidade do produto técnico ofertado ao processo decisório, reforçando legitimidade e efetividade da justiça (CONCEIÇÃO et al., 2025; VITTO et al., 2020).

No que se refere às ferramentas tecnológicas, observa-se a predominância de um modelo híbrido de trabalho: a combinação Projef Web + planilhas eletrônicas foi a mais frequente (29,03%), seguida do uso exclusivo do PJe-Calc (16,13%) e de integrações entre sistemas institucionais (como SNCJ e “Fábrica de cálculos”) com planilhas (12,90%). Ademais, a frequência de uso demonstra caráter estrutural desses instrumentos: 64,52% afirmaram utilizá-los sempre e 35,48% frequentemente, sem registros em “nunca/raramente/às vezes”. Esse padrão reforça a compreensão de que a execução dos cálculos depende de infraestrutura e ferramentas adequadas, o que é coerente com Silva, Amanda Beatriz et al. (2025) ao apontarem a intensificação do uso de tecnologia nas rotinas contábeis contemporâneas, e com Costa e Venâncio (2016) ao

ênfatarem que a efetividade organizacional resulta não apenas de normas e atribuições, mas também de instrumentos operacionais e capacidades que sustentem rastreabilidade e qualidade do trabalho.

Os resultados referentes ao nível de expertise no uso das ferramentas indicam autoavaliação predominantemente positiva: nenhum respondente classificou seu desempenho como “ruim”, e 87,10% posicionaram-se entre bom, muito bom e excelente, restando 12,90% como “razoável”. Em termos analíticos, esse achado sugere que há capacidade instrumental consolidada, aspecto que tende a reduzir erros e retrabalho e a aumentar consistência do produto entregue ao processo. Essa interpretação dialoga com Silva, Patrícia et al. (2023), que relacionam conhecimento técnico e procedimentos de cálculo à promoção de celeridade e eficiência, indicando que domínio prático (inclusive de ferramentas) é um componente essencial para desempenho adequado. Adicionalmente, ao discutir expectativas de qualidade do trabalho técnico, Rosa e Cândido (2020) destacam que precisão e clareza são atributos valorizados por magistrados, o que pressupõe competência operacional para produzir demonstrativos compreensíveis e tecnicamente verificáveis.

Quanto à percepção de preparo técnico e ao conhecimento normativo, observa-se que 70,97% concordam ou concordam totalmente que estão preparados para elaborar cálculos judiciais de diferentes tipos, e 83,87% afirmam possuir conhecimento apropriado das legislações pertinentes aos processos mais comuns. Ainda assim, a presença de discordância e neutralidade indica um grupo que pode demandar reforço de capacitação e maior padronização de procedimentos, especialmente se combinado a menor tempo de atuação. Esse resultado é coerente com Gonçalves et al. (2014) ao evidenciar que atributos do profissional

— como formação, experiência e domínio técnico — influenciam a percepção de qualidade e confiança no trabalho especializado; e com Silva e Nascimento (2025) ao ressaltarem que robustez institucional e qualificação são determinantes para consistência técnica em entregas que afetam direitos e obrigações no âmbito público.

V. Conclusão

Este estudo cumpriu seu propósito central de investigar as características profissionais, acadêmicas e funcionais dos calculistas e servidores da contadoria do Poder Judiciário no Maranhão, analisando a conexão de suas atividades com a Contabilidade e seu impacto na qualidade técnica das decisões judiciais. A presente pesquisa evidenciou, em síntese, que os servidores que atuam na elaboração de cálculos judiciais — no recorte analisado — apresentam perfil de elevada qualificação, com predominância de pós-graduação *latu sensu* e forte presença de formação em Ciências Contábeis, somada a trajetórias interdisciplinares (Direito, Administração, Economia e Computação). No plano perceptivo, verificou-se predominância de satisfação com as atividades (maioria entre “satisfeito” e “muito satisfeito”), ao mesmo tempo em que se identificou um núcleo minoritário de insatisfação que demanda atenção gerencial. Também se observou elevada participação em capacitações específicas, uso intenso e rotineiro de ferramentas tecnológicas (frequente combinação de sistemas e planilhas) e autoavaliação majoritariamente positiva quanto ao domínio instrumental, ao preparo técnico e ao conhecimento normativo aplicável.

Os resultados alcançam o objetivo do estudo ao descrever e analisar (i) o perfil formativo e experiencial dos profissionais, (ii) o grau de satisfação com a atividade, (iii) a presença de capacitação e (iv) o papel de ferramentas e competências na execução dos cálculos judiciais, além de identificar fatores associados à efetividade e celeridade do trabalho na percepção dos respondentes. Em termos de coerência com a pergunta de pesquisa, a evidência empírica indica que a produção dos cálculos se estrutura em um arranjo integrado: qualificação/capacitação + domínio técnico + instrumentos tecnológicos + organização do trabalho + comunicação com atores processuais. Assim, o estudo responde ao problema investigado ao demonstrar que a efetividade percebida não depende de um único elemento, mas do alinhamento entre competências, condições operacionais e fluxos institucionais.

A relevância do trabalho se reafirma porque a elaboração de cálculos judiciais é uma atividade de alta sensibilidade técnica e potencial impacto no processo decisório e na execução de direitos, exigindo precisão, rastreabilidade e clareza. Ao evidenciar que os próprios agentes reconhecem, de forma consistente, a centralidade da experiência, da capacitação e das ferramentas para a efetividade do setor, a pesquisa contribui para qualificar o debate sobre gestão do trabalho técnico no Judiciário e sobre o papel da contabilidade/perícia como suporte à decisão, aproximando prática institucional e literatura sobre qualidade do produto técnico.

Do ponto de vista prático, os achados sugerem medidas objetivas de gestão e melhoria:

(a) institucionalização de manuais e padronização de procedimentos, para reduzir variabilidade e retrabalho; (b) implementação de trilhas de capacitação contínua, com conteúdo por nível de complexidade e atualização normativa; (c) investimento em infraestrutura tecnológica e integração de sistemas, considerando que o trabalho é, na prática, híbrido e dependente de ferramentas; (d) aperfeiçoamento do fluxo de comunicação com magistrados e assessorias, visando maior clareza de parâmetros e redução de diligências; e (e) avaliação do dimensionamento de equipe conforme o volume e a complexidade das demandas. No plano teórico, os

resultados reforçam a compreensão de que a efetividade em rotinas técnico-processuais é explicada por um conjunto de dimensões (competência, método, ferramenta e governança), oferecendo elementos para discutir, com maior base empírica, a aproximação (ou os limites de aproximação) entre a atividade de cálculos e práticas típicas da perícia contábil, especialmente quanto à necessidade de rigor técnico, clareza e confiabilidade.

Como limitações, destaca-se que o estudo se baseia em amostra restrita (n=31), obtida por participação voluntária, com recorte institucional específico (TRT16, TJMA e TRF1 no Maranhão), o que limita generalizações. Além disso, a pesquisa trabalha predominantemente com percepções autorrelatadas, não incorporando indicadores objetivos de desempenho (tempo médio de elaboração, volume por servidor, taxa de impugnação/retrabalho, conformidade), nem a visão de outros atores relevantes (magistrados, assessores, partes e peritos). Essas limitações não invalidam os achados, mas delimitam seu alcance interpretativo.

Para pesquisas futuras, recomenda-se: (i) ampliar a amostra e incluir outros estados e ramos do Judiciário, permitindo comparações institucionais; (ii) incorporar indicadores objetivos de produtividade e qualidade (impugnações, retrabalho, prazos, variação de métodos); (iii) adotar desenhos comparativos (unidades com maior/menor padronização; antes/depois de capacitações); (iv) realizar estudos qualitativos (entrevistas/grupos focais) para explicar causas de insatisfação e gargalos de comunicação; e (v) investigar, de forma mais direta, o efeito da atuação de peritos contadores ou de núcleos especializados na efetividade e celeridade processual, testando modelos explicativos mais robustos.

Conclui-se, portanto, que o estudo oferece contribuição relevante ao demonstrar que a efetividade na elaboração de cálculos judiciais, no recorte analisado, é percebida como produto de um arranjo integrado de qualificação, capacitação contínua, domínio técnico, uso intensivo de ferramentas e governança do processo de trabalho. Ao evidenciar pontos fortes e fragilidades (especialmente em comunicação, padronização e necessidades de suporte institucional), a pesquisa agrega subsídios para decisões gerenciais e para o avanço da literatura aplicada sobre rotinas técnico-contábeis no âmbito judicial, reforçando a importância do tema para a qualidade da entrega jurisdicional e para o aprimoramento das práticas profissionais.

Referências

- [1]. ASSIS, Araken De. Cumprimento De Sentença. 10. Ed. São Paulo: RT, 2017.
- [2]. AZEVEDO, R. R. Raízes Da Contabilidade Orçamentária E Patrimonial No Brasil. Revista De Administração Pública, V. 54, N. 6, P. 1502-1522, 2020.
- [3]. BARDIN, Laurence. Análise De Conteúdo. Tradução De Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- [4]. BERGUE, Sandro T. Ética, Códigos De Conduta E Integridade Na Administração Pública Brasileira. Administração Pública E Gestão Social, V. 14, N. 4, P. 1-15, Out./Dez. 2022. Disponível Em: <https://www.redalyc.org/Journal/3515/351572930007/351572930007.Pdf>. Acesso Em: 16 Nov. 2025.
- [5]. BRASIL. Presidência Da República. Decreto Nº 1.171, De 22 De Junho De 1994: Aprova O Código De Ética Profissional Do Servidor Público Civil Do Poder Executivo Federal. Disponível Em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D1171.htm. Acesso Em: 16 Nov. 2025.
- [6]. CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: Um Software Gratuito Para Análise De Dados Textuais. Temas Em Psicologia, Ribeirão Preto, V. 21, N. 2, P. 513-518, Ago. 2013. Disponível Em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/V21n2/V21n2a16.pdf>. Acesso Em: 21 Dez. 2025.
- [7]. CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso À Justiça. Porto Alegre: Fabris, 2002.
- [8]. CONCEIÇÃO, Elisandra Da Silva; FIGUEIREDO, Yasmim Lohaine Santos; MAIA JUNIOR, Almeciano José; CORRÊA, Solange Rodrigues Dos Santos. Perícia Contábil Como Instrumento De Efetividade Na Justiça Brasileira Nos Vieses: Judicial, Extrajudicial E Arbitral. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, V. 11, N. 9, P. 2656-2685, 2025. Disponível Em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20999>. Acesso Em: 7 Nov. 2025.
- [9]. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TP 01 (R2), De 20 De Fevereiro De 2025: Dá Nova Redação À NBC TP 01 (R1), Que Dispõe Sobre Perícia Contábil. 2025. Disponível Em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2025/NBCTP01\(R2\)&Arquivo=NBCTP01\(R2\).Doc&_Gl=1w0iovo_Ganti4otq3njq0my4xnzyyoDY4ODUx_Ga_38VHCFH9HD*Cze3nji4njg4ntakzbekzzakdte3nji4njg4ntakajywjgWwjggw](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2025/NBCTP01(R2)&Arquivo=NBCTP01(R2).Doc&_Gl=1w0iovo_Ganti4otq3njq0my4xnzyyoDY4ODUx_Ga_38VHCFH9HD*Cze3nji4njg4ntakzbekzzakdte3nji4njg4ntakajywjgWwjggw). Acesso Em: 11 Nov. 2025.
- [10]. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Relatório Justiça Em Números 2023. Brasília: CNJ, 2023.
- [11]. COSTA, Cristianne De Fátima Rodrigues Da. Contabilidade Além Dos Números: A Estratégia Que Transforma O Terceiro Setor. Cadernos Cajuína, V. 10, N. 3, P. E1127, 2025. Disponível Em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/1127>. Acesso Em: 22 Nov. 2025.
- [12]. CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Gerencial: Teoria E Prática. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- [13]. DA LUZ, Ariane. Análise Da Contribuição Da Contabilidade Empreendedora Para O Sucesso De Micro E Pequenas Empresas. Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro, V. 19, N. 1, P. 1-22, 2025.
- [14]. FEIL, Gabriel S.; PAZ, Júlia R. O Que É Ética? Quatro Possibilidades Conceituais Na Pesquisa Em Comunicação. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun., São Paulo, V. 46, P. 1-13. Disponível Em: https://www.researchgate.net/publication/376427704_O_Que_E_Etica_Quatro_Possibilidades_Conceituais_Na_Pesquisa_Em_Comunicacao. Acesso Em: 16 Nov. 2025.
- [15]. FERREIRA, Rayane N. Da C.; FRANÇA, Rony R.; VIEIRA, Cleudson Da S. Ética No Setor Público: Responsabilidades E Desafios. Revista FAROL, Rolim De Moura – RO, V. 17, N. 17, P. 64-77, Nov. 2022. Disponível Em: <https://www.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/406/249>. Acesso Em: 16 Nov. 2025.
- [16]. GONÇALVES, Patrícia Celestino; MACHADO, Michele Rilany; MACHADO, Lúcio De Souza; ZANOLLA, Ercílio. Características Do Perito-Contador: Perspectiva Segundo Juizes Da Justiça Federal, Advogados Da União E Peritos-Contadores No Contexto Goiano. Revista Contemporânea De Contabilidade, Florianópolis, V. 11, N. 22, P. 119-140, Jan./Abr. 2014.
- [17]. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual De Direito Processual Civil. 8. Ed. Salvador: Juspodivm, 2016.
- [18]. OLIVEIRA, Leandro A. De; ANTUNES NETO, Joaquim M. F.; ALMEIDA, Daiane De Fátima P. De. A Importância Da Ética

- Nas Organizações: Uma Revisão Bibliográfica Narrativa. Prospectus, Itapira, V. 7, N. 1, P. 92-114, Jan./Jul., 2025. Disponível Em: <https://prospectus.fatecitapira.edu.br/index.php/pst/article/view/366/271>. Acesso Em: 16 Nov. 2025.
- [19]. RAMOS, F. A.; CORDEIRO, C. M. R. Perícia Contábil E Financeira Em Processos Judiciais E Extrajudiciais: Evolução, Caminhos, Requisitos Legais Para Atuação Profissional E Aplicabilidade Nas Quatro Principais Cidades Do Paraná. Caderno PAIC, 2023. Disponível Em: <https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/531>. Acesso Em: 11 Nov. 2025.
- [20]. RATINAUD, Pierre. IRAMUTEQ: Interface De R Pour Les Analyses Multidimensionnelles De Textes Et De Questionnaires. [Software]. 2009. Disponível Em: <http://www.iramuteq.org>. Acesso Em: 21 Dez. 2025.
- [21]. RATINAUD, Pierre; MARCHAND, Pascal. Application De La Méthode ALCESTE À De "Gros" Corpus Et Stabilité Des "Mondes Lexicaux": Analyse Du "Cablegate" Avec Iramuteq. In: JOURNÉES INTERNATIONALES D'ANALYSE STATISTIQUE DES DONNÉES TEXTUELLES, 11., 2012, Liège. Anais [...] Liège: Université De Liège, 2012. P. 835-844. Disponível Em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00922556>. Acesso Em: 21 Dez. 2025.
- [23]. REINERT, Max. Une Méthode De Classification Descendante Hiérarchique: Application À L'analyse Lexicale Par Contexte. Les Cahiers De L'Analyse Des Données, Paris, V. 8, N. 2, P. 187-198, 1990.
- [24]. ROSA, Priscila A. Da; CÂNDIDO, Aline T. Laudo Pericial Contábil: Opinião Dos Peritos De Santa Catarina, Da Qualidade Dos Serviços Executados Com Base Nos Diagnósticos Já Existentes Sob A Ótica Dos Magistrados. Revista Controladoria E Gestão – RCG, V. 1, N. 2, P. 132-151, Jul./Dez. 2020.
- [25]. SÁ, Antonio Lopes De. Teoria Da Contabilidade. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- [26]. SABIÃO BATISTA, Ruhama Ariella; BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. A Utilização Do Software Iramuteq Na Análise De Dados Textuais Em Revisão Sistemática De Literatura. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., SANTOS, Beatriz Fernanda Carvalho; DOMICIANO, José Fernando. Perícia Contábil Trabalhista No Âmbito Judicial: Análise Da Subutilização Da Perícia Contábil Em Decisões Judiciais Trabalhistas Em 2024 No Estado De Rondônia. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, V. 11, N. 7, P. 2763-2773, 2025. Disponível Em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20484>. Acesso Em: 11 Nov. 2025.
- [28]. SILVA, Amanda Beatriz Brito Da Et Al. Impacto Da Pandemia Na Contabilidade: A Aceleração No Uso Da Tecnologia. Interference: A Journal Of Audio Culture, V. 11, N. 2, P. 7163-7188,